



a estrutura ocupacional brasileira em um ano de crise: uma abordagem inter-regional

Anita Kon*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O estudo da acomodação da população de uma sociedade no mercado de trabalho implica, entre outros elementos, no conhecimento da distribuição da mão-de-obra entre os postos de trabalho disponíveis, a par dos aspectos quantitativos e qualitativos da natureza da força de trabalho existente, bem como dos ajustamentos desta às condições específicas de oferta de empregos. Discute-se de maneira generalizada a absorção desta mão-de-obra segundo o sexo, escolaridade, condição de vínculo empregatício, níveis diferenciados de remuneração de acordo com qualificação, duração da jornada de trabalho, etc. No entanto, os ajustamentos conjunturais ou mesmo estruturais nesta composição, em vários horizontes de tempo, se verificam de maneira diferenciada seja entre tipos diversos de ocupações, seja setorial ou regionalmente. Nesse sentido é necessário caracterizar estas diversidades, com o intuito de fornecer elementos para as análises que visam subsidiar as políticas governamentais voltadas para os ajustamentos do mercado de trabalho.

Com este objetivo esta pesquisa examina a divisão do trabalho no Brasil, especificamente no que se refere à distribuição da população ocupada em categorias de ocupações, para uma série histórica, observando mais detalhadamente a composição desta estruturação nas diferentes regiões nacionais e nos vários setores, ao enfatizar os ajustamentos do período de pico de queda da atividade econômica representado pelo ano de 1983. Por outro lado, pretende-se verificar os fatores determinantes desta estruturação, considerando-se as características específicas do país, que se insere no cenário mundial como situado no grupo de nações de Renda Média Alta (1).

ASPECTOS TEÓRICOS

É discutida inicialmente a concepção de estrutura ocupacional como sendo definida

* Professora de Economia da FGV/SP e da PUC/SP, Mestre e Doutoranda pela FEA/USP.

como um padrão de relacionamento entre os grupos de ocupações, que mantém uma ordem interna em suas partes constitutivas, apresentando uma tipicidade e a capacidade de manter seu padrão próprio relativamente estável. Esta tipicidade é definida segundo determinadas propriedades e funções dos grupos ocupacionais, tais como requisitos de habilitação, distribuição segundo o sexo, idade, situação da ocupação no processo produtivo (na esfera da Produção, da Administração), ou posição do executor da ocupação no contexto produtivo, isto é, seja atuando como autônomo ou em outra forma de organização da produção, diferenciando os vínculos empregatícios com e sem Carteira de Trabalho assinada. As estruturas ocupacionais, por sua vez, apresentam um caráter mutável, embora relativamente estável, cujas variações se relacionam por um lado às “ondas” de inovação tecnológicas com duração de médio a longo prazo, mas por outro lado como resultado de ocorrências instantâneas decorrentes de situações econômicas conjunturais.

Salienta-se o papel da estrutura ocupacional como um sistema, inserido no sub-sistema econômico, que por sua vez é contido em um macro-sistema superior. Este macro-sistema é composto pelos planos estruturais da sociedade, qual sejam: o cultural (sistema de crenças e valores), o de participação (criação e alocação de atores, papéis e “status” na sociedade), o político (produção e alocação de comandos ou decisões de poder) e o econômico (produção e alocação de utilidades) (2). A interação entre estes quatro planos estruturais define a estruturação ocupacional, a par dos fatores explicitamente econômicos.

Por outro lado, esta estruturação apresenta uma “espacialidade” própria para regiões nacionais diferenciadas, que refletem determinismos históricos, territoriais ou geográficos, econômicos e políticos específicos. Neste contexto, o processo de desenvolvimento econômico atua como modelador da estrutura ocupacional e no caso das economias capitalistas, entre as quais se insere o país, este processo está associado às necessidades de acumulação crescente do capital, da introdução do progresso tecnológico e de mudanças estruturais na produção. Em busca de maiores taxas de retorno, a localização do capital se verifica de forma desigual e polarizada, entre as regiões nacionais, configurando uma realocação setorial não equilibrada dos fatores de produção, equivalendo a um desenvolvimento desigual nos diversos espaços, com reflexos na estruturação das ocupações.

A par destes, outros condicionantes da divisão do trabalho dizem respeito à forma e intensidade da introdução do progresso tecnológico, às formas diferenciadas de organização da produção (capitalista ou outras formas) que coexistem nos diferentes espaços produtivos, e à migração da mão-de-obra que resulta de diferentes forças de atração e repulsão regionais e que se manifestam com uma seletividade quanto à idade, sexo e capacitação dos migrantes. Com respeito à introdução de novas tecnologias, manifestando-se seja por meio de novos processos produtivos ou novos produtos, acaba por criar novas funções e ocupações e por reordenar as posições dos trabalhadores nestas funções. A crescente subdivisão de tarefas no processo produtivo bem como a automação, exigem ocupações específicas de coordenação, administração e controle com requisitos de maior qualificação por um lado, mas por outro lado podem tornar determinadas tarefas mais simples e rotineiras, exigindo menor qualificação para sua execução. De qualquer forma verificam-se transformações na distribuição da população ocupada à medida do avanço tecnológico.



ANÁLISE EMPÍRICA

A análise empírica deste estudo se subdivide em três partes distintas: a) a evolução da estruturação ocupacional brasileira, caracterizando os ajustamentos do período de crise econômica dos primeiros anos da década de oitenta; b) uma observação detalhada da estrutura ocupacional no ano de 1983; c) análise multi-variada, por meio de um modelo econométrico, no sentido de apontar os fatores determinantes das diferenças regionais na composição da estrutura ocupacional, de acordo com os aspectos teóricos apontados anteriormente. Neste artigo são apontados de forma sumarizada alguns resultados da observação empírica (3).

A primeira parte da análise empírica, que como vimos se volta inicialmente para o exame da evolução da estruturação ocupacional brasileira, verifica para distintos grupos ocupacionais (conforme apresentados pelas informações de Censos Demográficos e das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios – PNAD), as taxas de crescimento da população ocupada, selecionando-se os períodos de modo a enfatizar as especificidades ocorridas nos anos de queda da atividade econômica, de 1980-1983. São observadas também para estes períodos as transformações na participação dos grupos ocupacionais, e no período de crise, a distribuição das pessoas ocupadas segundo a posição na ocupação para o país como um todo e entre as regiões.

As informações disponíveis revelam que as mudanças na composição da força de trabalho foram mais intensas na década de setenta, como decorrência do processo de crescente urbanização e industrialização, apoiado por uma elevada taxa de inovação tecnológica, sendo menos consideráveis após 1980. No período de crise, correspondente a 1980-83, observa-se uma diminuição relevante de trabalhadores no setor Primário brasileiro que se dirigiram ao setor urbano da economia, particularmente resultante das frentes de trabalho abertas pelo governo no Nordeste, que deslocaram a mão-de-obra agrícola para o setor de Construção Civil, especificamente no que se refere a trabalhadores sem carteira. De uma maneira geral no setor urbano no ano de crise observa-se uma diminuição de empregadores e de empregados com carteira e um aumento de trabalhadores sem carteira, por conta própria e sem remuneração, para todas as regiões do país.

No sentido de definir-se mais acuradamente a tipicidade da estrutura ocupacional brasileira após os ajustamentos decorrentes de um período de queda da atividade econômica, bem como determinar as diferenciações regionais nas configurações destas distribuições, examinou-se o ano de 1983 com maior detalhe, definindo-se uma Tipologia de Ocupações apropriada para esta análise; observou-se os resultados a partir da agregação de ocupações das informações constantes na fita da PNAD – 1983 (4).

Foram encontradas diferenças na estruturação das ocupações, quer se observe esta distribuição sob o enfoque segundo o sexo, segundo a condição de carteira assinada, o nível de escolaridade, ou a remuneração média. Observou-se que estas diversidades se verificam não apenas entre os diferentes níveis de qualificação, como também para um mesmo nível, quer a ocupação se situe na área de produção ou de administração, ou ainda seja exercida por um dirigente, outro tipo de assalariado, ou um trabalhador autônomo. Por outro lado, para as mesmas categorias ocupacionais, dentro do mesmo enfoque, as distribuições são quantificadas e qualificadas para as dispersões na distribuição ocupacional entre regiões. Foi verificado que estas di-

ferencições regionais estão associadas à estrutura produtiva específica, quer a região se mostre “especializada” em atividades rurais ou urbanas, e com formas de organização da produção com maior ou menor dinamismo. As regiões mais dinâmicas, cuja estrutura produtiva é baseada principalmente em formas de atividades industriais mais capitalizadas e oligopolizadas, a participação de dirigentes e das ocupações administrativas é mais intensa, sendo também superior a participação de ocupados com carteira assinada, o nível médio de escolaridade e as remunerações médias em quase todas as categorias ocupacionais quando observadas separadamente.

NOTAS

1. Conforme classificação do Banco Mundial em “World Development Report – 1986”
2. Veja-se JAGUARIBE, H. – 1975. *Sociedade, Mudança e Política*, Editora Perspectiva, São Paulo.
3. Para maiores detalhes consulte-se KON, A. – 1989. *A estrutura ocupacional brasileira em um ano de crise: uma abordagem inter-regional*, Relatório Final de Pesquisa ABE.P. (Salienta-se que ainda não estão disponíveis os resultados da análise multi variada para a definição dos fatores determinantes da estruturação ocupacional).
4. As informações foram processadas pela FIPE/USP.